

# ASPECTOS DO PENSAMENTO POLÍTICO DE NICCOLÓ MACHIAVELLI

ASPECTS OF NICCOLÓ MACHIAVELLI'S POLITICAL THINKING

Adriano Beraldi\*

---

**RESUMO:** O objetivo deste artigo é explicitar certos aspectos da filosofia de Niccoló Machiavelli (1469-1527) a partir do exame de conceitos desenvolvidos em sua obra *O príncipe*, tais como a *verità effettuale*, *fortuna* e *virtù*. Esta reflexão busca demonstrar particularidades do processo dialético utilizado pelo pensador que, rompendo com algumas categorias da tradição, revolucionou o horizonte da teoria política através da observação das contradições de seu próprio tempo. Esse esforço não se pretende mais do que uma breve reflexão acerca de tais assuntos, tendo como base a investigação de algumas passagens da referida obra do filósofo, bem como uma leitura de pensadores do alcance de Hannah Arendt ou Norberto Bobbio, e as contribuições orientadoras de trabalhos como os de Maria Teresa Sadek e Francisco Weffort.

**PALAVRAS-CHAVE:** Verdade. Fortuna. Virtude. Política. História. Dialética.

**ABSTRACT:** The aim of this paper is to make explicit some aspects of the Niccoló Machiavelli's philosophy (1469-1527) from the examination of concepts developed in his work *The prince*, such as *verità effettuale*, *fortuna* and *virtù*. This reflection tries to show particularities of dialectical process used by the thinker that, breaking with some categories of tradition, has revolutionized the political theory's view by observing the contradictions of his own time. This effort does not intend to be but a brief reflection concerning such subjects, having as base the inquiry of some passages of the related philosopher's work, as well as a reading of thinkers of the reach of Hannah Arendt or Norberto Bobbio, and the orienting contributions of Maria Teresa Sadek and Francisco Weffort works.

**KEYWORDS:** Truth. Fortune. Virtue. Politics. History. Dialectics.

---

## Introdução

Não obstante a brevidade desta empresa, é necessária, ainda que sucinta, uma contextualização histórica desse pensamento, o que faremos logo a seguir. Primeiro, pelo fato de que nenhuma produção filosófica pode prescindir das circunstâncias históricas – e com estas as sociais, culturais, políticas e religiosas – desde as quais foi refletida. São aspectos que formam seu horizonte de reflexão, sua *Weltanschauung*, que, de um modo ou de outro, mas

---

\* Mestrando em Filosofia – UFES. Contato: [adriano.beraldi@gmail.com](mailto:adriano.beraldi@gmail.com)

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 – Nº 3	Novembro 2009	pp. 3-11
-----------------	-------------------	--------------	------------	------------------	----------

inexoravelmente, conforma qualquer pensamento. Em segundo lugar, porque o caso específico é paradigmático em relação ao que se acaba de afirmar: a Itália do tempo de Maquiavel, mais do que o afeta, lhe exige uma profunda reflexão. E esta virá, não só como fruto do trabalho de um agudo observador dos acontecimentos de sua época, mas também – e isso é o que lhe confere seu maior vigor – sob a forma de uma ruptura com certa concepção de mundo que, em seus dias, começava a soçobrar. O realismo político de Maquiavel contraposto às doutrinas até então fortemente axiológicas em suas prescrições para o ótimo governo, separa formalmente a política efetiva – a *verità effettuale* – da visão de governo ideal, impondo a realidade de uma prática política diversa da ética e da moral religiosa de então, como fica claro no capítulo XV de *O Príncipe*, que será abordado a seu tempo. Por ora, vamos a uma visão panorâmica daquelas circunstâncias que concernem ao pensamento político de nosso autor.

## 1- Contexto histórico

Niccoló Machiavelli, ou Nicolau Maquiavel, na lusificação mais conhecida por nós, nasceu em Florença, em 3 de maio de 1469, numa Itália marcada por grande instabilidade política. A própria significação do termo “Itália” não era a mesma que a de agora. A península era então um aglomerado de Estados independentes entre si, diferindo tanto nos aspectos cultural e econômico, quanto politicamente. Destes Estados, cinco grandes dominavam: ao sul, havia o reino de Nápoles, sob os Aragão; já os Estados centrais eram aqueles papais, controlados pela igreja, e a república de Florença, onde governavam os Médici; ao norte estavam o ducado de Milão, com os Sforza, e a república aristocrática dos doges de Veneza. Em seu entorno orbitavam Estados menores, aparentemente soberanos, mas efetivamente alinhados aos interesses de seus vizinhos mais poderosos.

Não obstante, era esse um cenário profundamente conturbado, tanto em relação as disputas internas e entre as regiões da península, quanto pelas invasões das potências estrangeiras. Certa estabilidade fora construída por um expoente dos Médici, Lourenço, o Magnífico, mas que logo demonstraria sua fragilidade dado não ter sobrevivido a morte de seu “arquiteto”, em 1492. De fato, da própria Florença de Maquiavel, apenas dois anos depois da morte de Lourenço, os Médici seriam expulsos. Também a elevação ao papado de um

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 – Nº 3	Novembro 2009	pp. 3-11
-----------------	-------------------	--------------	------------	------------------	----------

espanhol da família Bórgia, o ambicioso Alexandre VI, bem como a retomada do conflito entre Milão e Nápoles, compunham fatores que transformavam a Itália em uma “presa fácil” para Espanha e França, como atesta a tomada do poder de Nápoles das mãos dos Aragão na invasão da península pelo rei francês Carlos VIII, em 1494, incursão que, em Florença, culminaria na já referida expulsão dos Médici pelos próprios florentinos.

Tais eram as circunstâncias da infância e adolescência de Maquiavel. Vindo de uma família que hoje qualificaríamos como “classe média”, Nicolau, tendo uma sólida formação clássica, destaca-se na vida pública em 1498, ano em que cai o governo clerical de Savonarola após ter substituído os Médici. Assim, o ainda jovem Nicolau chega ao cargo de Segundo Chanceler da república, de onde teve a oportunidade de tornar-se profundo conhecedor dos seus mecanismos políticos, tendo cumprido missões inclusive no exterior e travado contato com líderes como Luís XII da França, o Papa Júlio II e o Imperador Maximiliano I. Ocupa a Segunda Chancelaria até 1512, ano em que, com a volta dos Médici ao poder em Florença e a dissolução da república, Maquiavel é, entre outras sanções que sofre, destituído de suas funções, situação que se agrava um ano depois, quando é acusado, condenado a prisão e torturado por supostamente ter participado de uma malograda conspiração contra os Médici. Acaba libertado, e tenta, em vão, voltar à vida pública. Desgostoso, retira-se numa pequena propriedade que herdara de sua família em São Casciano. Ali, leva uma vida modesta, de muito estudo e produção filosófica. Datam dessa fase suas principais obras, *O Príncipe* (1512/1513) e *Os discursos sobre a primeira década de Tito Lívio* (1513/1519).

Em 1527, dá-se nova queda dos Médici e, com a restauração da república, Maquiavel tenta reocupar um lugar na vida pública da cidade. Entretanto, se antes ele era visto como subversivo conspirador pelos antigos donos do poder, agora é identificado como alguém que manteve ligações com eles<sup>1</sup>. É, assim, considerado inimigo da república. É diante desse triste quadro, projetado pela sua própria imagem na concepção de seus eqüevos, que Nicolau Maquiavel morre, amargurado, em junho do mesmo ano.

## 2- A Verità effettuale

Maquiavel é um pensador que representa uma ruptura, qual seja, a ruptura com uma tradição do pensamento político que, idealista, imaginara um Estado não só ainda não

<sup>1</sup> Na intenção das benesses dos Médici, Maquiavel havia dedicado *O Príncipe* a Lourenço, o Magnífico.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 – Nº 3	Novembro 2009	pp. 3-11
-----------------	-------------------	--------------	------------	------------------	----------

efetivamente realizado, como, segundo seu modo de ver, nunca exequível. Assim, Maquiavel rejeita as concepções políticas de Platão, Aristóteles e Tomas de Aquino. Porém, essa rejeição da tradição se dá como uma retomada de um caminho já trilhado por outros pensadores: os antigos historiadores como Tácito, Políbio Tucídides e Tito Lívio. Esse caminho é aquele que parte (e chega) do real, do mundo vivido na política, da realidade efetiva das coisas, enfim, da *verità effettuale*. Para ele, não se trata de buscar para a política uma fundamentação ideal, baseada num reino do *dever ser*, mas no reino do *ser*, na realidade tal qual ele se dá, concretamente. Nesse sentido, a política se abre verdadeiramente como um espaço regido por mecanismos diferentes daqueles que construímos para as nossas relações privadas.

Uma vez definido seu ponto de partida – a verdade efetiva das coisas – a questão que se impõe é aquela que diz respeito à consecução do estabelecimento de uma ordem para o Estado em um mundo onde, efetivamente, se verifica, por um lado, um ciclo inexorável de estabilidade e caos e, por outro, uma iniludível inclinação humana para a corrupção<sup>2</sup>. Se em Maquiavel não há mais espaço político para uma ordem natural eterna ou uma *ordo amoris* (obviamente em sentido não scheleriano), tampouco admite-se o resultado aleatório do acaso. A inevitável ordem política deve ser construída pelos homens. A esses mesmos imperfeitos homens que geram a barbárie, cabe o papel de alcançar tal ordem.

Ocorre que, dada sua origem, a ordem política está sujeita ao mesmo ciclo intermitente de caos e estabilidade que é próprio da condição humana. Se não há uma ordem natural (ou sobrenatural) eterna, é claro que esta não será definitiva e, assim, uma vez alcançada certa constância na gestão de um Estado por um determinado governante, a possibilidade entrópica real e efetiva tem que ser assumida por ele. *A fortiori*, a desordem propende à recuperação de seu espaço.

### 3- Dialética maquiavelista

Seu estudo dos clássicos e sua experiência da vida pública levam Maquiavel a uma desencantada constatação: “Os homens são em geral ingratos, volúveis, dissimulados, covardes e ambiciosos de dinheiro”<sup>3</sup>. Essa é nossa natureza, e dela não podemos nos livrar.

<sup>2</sup> Numa prefiguração da kantiana *propensio* natural para o mal. Cf. KANT, I. *A religião nos limites da simples razão*. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1992.

<sup>3</sup> MACHIAVELLI, N. *O príncipe*: Comentado por Napoleão Bonaparte. Tradução de Torrieri Guimarães. São Paulo: Hemus, 1977, p. 94.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 – Nº 3	Novembro 2009	pp. 3-11
-----------------	-------------------	--------------	------------	------------------	----------

De fato, para o pensador, tal condição explica todos os conflitos e desordens ao longo da nossa história. Estes descompassos são conseqüências da malignidade humana, o que faz do estudo das épocas passadas uma fonte vital para a compreensão das causas e um valioso aprendizado dos meios para evitar, na medida do possível, este mal.

A necessidade em debruçar-se sobre a tradição se impõe porque, para Maquiavel, a história é cíclica e, dado o caráter inalterável de nossa natureza, repete-se indefinidamente. Há mesmo uma dialética aqui: da ordem à corrupção, que leva à desordem e, desta, surge a necessidade de nova ordem, que, a seu tempo, se desgastará, e assim sucessivamente, variando apenas a duração dos ciclos ordenados, o que demonstra, além da inata tendência à ruína e a degradação, também uma capacidade criadora no processo histórico da humanidade, reforçando o caráter dialético da reflexão do florentino. Ainda que restrito ao campo político, como um vir-a-ser parmenídico, que se constrói no conluio alternado de ser e não-ser, tal movimento nada tem de ilusório; ao contrário, a própria transitoriedade é a regra dialética. É uma curiosa tensão a que se descreve, em que a criação das estratégias para a manutenção do poder político nasce justamente daquilo que o exige, isto é, a perversidade humana. Assim, no homem de Maquiavel, criação e corrupção, ser e não-ser, se efetivam como os dois lados constitutivamente tencionados da mesma moeda política.

#### 4- Formas de governo

Além da desordem conseqüente da perversidade humana há um outro fator que mantém a instabilidade própria da dialética desenvolvida por Maquiavel. A tensão aqui se dá no nível do tecido social. Há, em todas as sociedades,

[...] duas tendências diversas e isto provém do fato de que o povo não deseja ser governado nem oprimido pelos grandes e estes querem governar e oprimir o povo. Destes dois diferentes apetites nasce nas cidades um destes três efeitos: principado, liberdade e desordem<sup>4</sup>.

Ocorre que aqueles que saem vitoriosos dessa tensão não conseguem, contudo, submeter de modo definitivo os vencidos, que continuam não desejando a opressão, o que permite, aliás, identificar a característica da dinamicidade na arquitetônica do pensador. Ora,

<sup>4</sup> MACHIAVELLI, N. *O príncipe*: Comentado por Napoleão Bonaparte. Tradução de Torrieri Guimarães. São Paulo: Hemus, 1977, p. 56.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 – Nº 3	Novembro 2009	pp. 3-11
-----------------	-------------------	--------------	------------	------------------	----------

diante dessa configuração, posta num âmbito mais geral pela alternância histórica decorrente da natureza humana, e de modo mais restrito pela tensão social do dominador e do dominado, o que urge aquele que se pretende governante é encontrar mecanismos estabilizadores das relações, ou seja, construir uma correlação de forças que lhe seja favorável.

Como contrapontos à desordem, Maquiavel só vê duas possibilidades, duas formas de governo que possam estabilizar o caos: o *principado* ou a *república* (esta última identificada na citação acima como o efeito denominado liberdade).

Porém, a escolha entre uma ou outra forma de governo não deve ser algo ao alcance do mero alvedrio do governante. As circunstâncias concretas sempre se impõem. Se o Estado em questão está combatido pela corrupção própria da natureza humana e, por isso, a força desagregadora é nele mais vigente, esse é o caso propício para um governo forte, que consiga refrear a tendência ao caos e evitar a decomposição. Note-se, entretanto, que um príncipe não é um ditador para Maquiavel – pelo menos não em sentido geral e certamente não de modo explícito –, apenas um agente de transição, algo como um “remédio amargo” para um mal urgente.

Todavia, se a nação se encontra equilibrada, com instituições estáveis, certamente pela ação de um príncipe como o descrito acima, em algum estágio de sua constituição já superado, ela está pronta para a liberdade, para a república.

Destarte, podemos notar dois aspectos no que concerne às formas de governo para o nosso filósofo. Primeiro, que na nação onde o regime indicado é a república, o povo mesmo que a compõe é virtuoso, tendo conseguido, de um modo ou de outro, equalizar as paixões e os vícios de sua natureza. Quando se dá o caso oposto, o de um estado em processo de desagregação, a virtude, então, deve vir do próprio príncipe. De todo modo, é de acordo com a virtude que a solução de estabilidade deverá, num e noutro caso, se construir. Em segundo lugar, circunstanciado historicamente como está o pensamento de Maquiavel, fica patente, diante do quadro de divisão, corrupção e sujeição a invasões externas no qual se encontrava a Itália em seu tempo, qual era *necessariamente* a solução para a península: um príncipe, tido como um governante virtuoso ou, se quiser, um homem da *virtù*.

Mas a esse ponto, cumpre-se entender o que significa propriamente a virtude na concepção de Maquiavel.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 – Nº 3	Novembro 2009	pp. 3-11
-----------------	-------------------	--------------	------------	------------------	----------

## 5- Virtù e fortuna

A perspectiva da *verità effettuale* de Maquiavel implicava numa necessária contraposição a quaisquer intervenções de natureza extra-humana no exercício da política. Sendo assim, a crença da predestinação arraigada de longa data na cultura deveria ser abandonada. E é nesse sentido que o pensador submete a *fortuna* à *virtù*.

Entre os antigos, a *fortuna* era imaginada como uma deusa benéfica, que derramava honra, riqueza, glória, poder e todos os frutos de sua cornucópia – seu símbolo de fartura – sobre os homens que conquistassem sua simpatia. Na medida em que era uma personificação feminina da sorte, a chave para essa conquista da deusa era ser *vir*, ser viril. A *virtù* era, então, medida de bravura e virilidade.

Com o advento do cristianismo a concepção do destino transforma-se completamente. A fortuna passa a ser um “poder cego” que se distribuiu indiscriminadamente. E como a felicidade não se realiza em plenitude nesse mundo, os bens antigos nada valem, não contribuem na consecução da boa fortuna. Agora, seu símbolo é a roda do tempo inexorável e imperscrutável, que faz com que o destino seja um instrumento exclusivo do divino, sem qualquer influência do humano sobre ele.

Diante disso, Maquiavel argumenta (não sem ironia) que ao menos a metade do nosso destino se deve ao livre-arbítrio, isto é, que a liberdade humana é capaz sim de interferir na força aparentemente implacável da *fortuna*. Tudo depende do *virtuoso* uso dessa liberdade. Assim, o que o pensador faz é promover o resgate da *virtù* como conquista da fortuna, deslocando obviamente a idéia de virtude cristã e recolocando em cena os bens outrora valorizados.

Mas há uma diferença fundamental entre a *virtù* maquiavélica e a *vir* antiga. A reconquista da fortuna não se dá mais pela mera demonstração de força bruta, pela virilidade pura e simples. Agora, o virtuoso é aquele que possui a sabedoria no emprego da força. O que governa, o que detém o poder, não é apenas o mais forte, mas o que se mostra capaz de manter-se no poder, se não por amor de seus súditos, ao menos pelo respeito deles. Claro que Maquiavel reconhece que o poder se fundamenta na força e a impetuosidade é uma sua característica. Mas o que fica patente a todo o momento em sua obra é que só a sábia *virtù* o mantém. É de posse dela que o governante pode resistir aos inimigos e as surpresas do destino.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 – Nº 3	Novembro 2009	pp. 3-11
-----------------	-------------------	--------------	------------	------------------	----------

Entretanto, essa manutenção, mais uma vez, não é seguramente perene. Não há garantias para a detenção do poder. Mesmo nos principados hereditários, que, como observa o florentino, mostram-se mais dóceis do que aqueles recém-adquiridos, a fidúcia seria imprudente, revelando a falta de sabedoria do governante que a ostentasse.

Mas, se assim é, em que consiste a sabedoria na manutenção do poder que demonstra o virtuoso governante? Certamente em não se pautar exclusivamente pelos valores éticos da vida cristã. Na maioria das vezes, será bem ao contrário:

É preciso que o príncipe seja tão prudente que saiba evitar os defeitos que lhe tirariam o governo e praticar as qualidades próprias para lhe garantir a posse dele, se lhe é possível; (...) mesmo não lhe importe incorrer na pecha de ter certos defeitos, sem os quais dificilmente salvaria o governo, porque, se se considerar bem tudo, achar-se-ão coisas que parecem virtudes e, se praticadas, lhe provocariam a ruína e outras que parecerão vícios e que, seguidas, trazem bem-estar e tranqüilidade ao governante<sup>5</sup>.

Não que não se deva *parecer* possuir valores éticos convencionais. Isso é sempre de bom tom se o príncipe deseja ser amado pelos seus súditos. Contudo, praticá-los *de fato*, pode significar sua ruína. Assim, nas prescrições políticas de Maquiavel – como nos discursos de refinada retórica acerca da injustiça presentes no Livro II da *República* de Platão<sup>6</sup> –, o jogo entre aparência e essência toma o lugar da tradicional distinção entre virtudes e vícios e é exatamente por isso que nele a política possui uma ética e uma lógica bem próprias.

## Conclusão

Por fim, devemos ainda acrescentar ao acima exposto que em Maquiavel há, inegavelmente, se não uma nova racionalidade expressa na política, um novo caminho para ela. O que guia a razão não é mais uma idealização do tipo platônico ou mesmo aristotélico, e sim tanto a virtuosa observância – em sentido propriamente maquiavelista – quanto a ação prática de acordo com a verdade efetiva das coisas. E desde este horizonte a perspectiva

<sup>5</sup> MACHIAVELLI, N. *O príncipe*: Comentado por Napoleão Bonaparte. Tradução de Torrieri Guimarães. São Paulo: Hemus, 1977, pp. 87- 88.

<sup>6</sup> Cf. PLATO. *Republic*. Translated by Paul Shorey. Cambridge and London: Harvard University Press, 2003. Atente-se, no entanto, para o caráter próprio dos discursos em “louvor” do injusto proferidos por Gláucou e Adimanto na obra: ambos querem, pela via controversa, acentuar aquilo no que de fato acreditam, isto é, que deve ser buscada a justiça nela mesma para o bem do homem e da *polis*, algo que esperam, com semelhante recurso, haurir de Sócrates. A intenção verdadeira, portanto, é oposta ao jogo maquiavelista: em Platão, trata-se de encontrar a essência da virtude (no caso específico, a justiça), para além de toda e qualquer aparência.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 – Nº 3	Novembro 2009	pp. 3-11
-----------------	-------------------	--------------	------------	------------------	----------



axiológica tradicional não mais se sustenta. Ao contrário, determinados conjuntos de valores éticos podem trazer o desastre a um governante que cometa a temeridade de aplicá-los. Essa nova visão é o que diferencia o pensamento de Maquiavel e o sustenta como referência, muitas vezes mal compreendida, na filosofia política através dos tempos. De fato, ele provoca, antes de mais nada, uma reavaliação do que vem a ser o próprio fenômeno político, identificando nele, como já assinalado, uma ética e uma lógica especiais e circunscritas a tal fenômeno.

Temos então que, com Maquiavel, a política passa a ser recuperada como problema. Não há mais espaço para a contemplação tendo em vista uma solução das questões humanas concernentes ao poder para a propiciação da paz, conceito essencial no medievalismo, ou para a ordem e a harmonia, fundamentos que, *grosso modo*, permearam ontológica, estética e eticamente o horizonte dos filósofos gregos. Sua perspectiva política é a de um novo território, em que os conflitos e a instabilidade têm que ser considerados, não como meras anomalias, mas como partes constitutivas do fenômeno político em si. Assim, ele complexifica a reflexão política, exigindo para sua análise um olhar dinâmico e multifacetado. Eis a revolução do pensamento de Maquiavel. Uma revolução que, afinal, já trás em si o próprio fluxo da constante transformação que ele enxerga efetivamente no mundo da vida. Uma revolução que o pensador declaradamente assumiu, consciente de que realizava uma nova perspectiva, pela qual sabedor de seus profundos riscos, pagou penosamente.

## Referências

- ARENDDT, H. *Da revolução*. Tradução de Fernando Didimo. São Paulo: Ática/UNB, 1990.
- BOBBIO, N. *Teoria geral da política: A filosofia política e as lições dos clássicos*. Tradução de Daniela Beccaccia Versiani. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2000.
- KANT, I. *A religião nos limites da simples razão*. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1992.
- MACHIAVELLI, N. *O príncipe*: Comentado por Napoleão Bonaparte. Tradução de Torrieri Guimarães. São Paulo: Hemus, 1977.
- PLATO. *Republic*. Translated by Paul Shorey. Cambridge and London: Harvard University Press, 2003.
- SADEK, M.T. “Nicolau Maquiavel: o cidadão sem *fortuna*, o intelectual de *virtù*”. In WEFFORT, F. C. (Org.) *Os clássicos da política: Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau, “O federalista”*. 13ª edição. São Paulo: Ática, 2003, pp 11-24.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 – Nº 3	Novembro 2009	pp. 3-11
-----------------	-------------------	--------------	------------	------------------	----------